



CARTOGRAFIA E PARTICIPAÇÃO: CONTRAÇÕES POLÍTICAS NO GUIA DAS RUAS DA MARE*

CARTOGRAPHY AND PARTICIPATION: POLITICAL CONTRACTIONS ON THE MARÉ STREET GUIDE

Carolina Ferreira da Fonseca**

Resumo

O Guia de Ruas da Maré constitui um conjunto de ações investigativas realizadas no complexo da Maré (Rio de Janeiro) ao longo de 2014. Este conjunto condensa sentidos de representação mobilizados enquanto força emancipatória, num processo político conjecturado pela produção cartográfica como dispositivo de disputa de territórios urbanos precários. A dimensão política configura a problemática central desta abordagem. O artigo desdobra-se da pergunta que abre o guia: "O que significa para a Maré fazer parte da cartografia da cidade do Rio de Janeiro?"; e aponta para a noção de escrita como reconhecimento, visibilidade e presença. Um tipo de cartografia a contrapelo, figura jurídica instituinte, investida política reivindicatória de existências sociais, territoriais e culturais descartadas deliberadamente pelo exercício cartográfico constrangedor da alteridade territorial.

Palavras-chave: representação; cartografia; participação; alteridade e política.

Abstract

The Maré Streets Guide is a set of investigative actions taken in Maré Complex (Rio de Janeiro) over 2014. This set condenses representing senses mobilized as emancipatory force, a political process conjecture by cartographic and census production as dispute procedures within precarious urban territories. The political dimension sets the central problem of this approach. This paper unfolds the question that opens the guide: "What does it mean for the Maré be part of the Rio de Janeiro's mapping?". It points to the notion of writing as recognition, visibility and presence. A type mapping against the grain, a political mobilization that demands social, territorial and cultural existences deliberately discarded by cartographic exercise that embarrassing otherness territory.

Keywords: representation; cartographic; participation; alterity; political

Apontamentos preliminares: entre economia escriturística e privatização

No momento em que se consolida o princípio da propriedade privada burguesa, a dimensão espacial assume centralidade nas estratégias de regulação viabilizadas pelos instrumentos de abstração e equivalência universal. Esse processo de hegemonia da regulação jurídica pelo enquadramento do Estado Nacional, tributário do direito geocêntrico, apresenta intercorrências com a produção cartográfica hegemônica, que instrumentaliza os modos de representar o espaço e definir os termos do seu acesso, domínio, propriedade e uso. Santos (1988) cita o contrato como o centro da projeção hegemônica das representações sociais instituídas via direito burguês. Às associações entre direito x espaço x cartografia e legitimidade política associamos as proposições de De Certeau sobre economia escriturística:

a empresa escriturística transforma ou conserva dentro de si aquilo que recebe do seu meio circunstancial e cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior. Ela estoca aquilo que vai selecionando e se dá os meios de uma expansão. Combinando o poder de acumular o passado e o de confrontar a seus modelos a alteridade do universo, é capitalista e conquistadora. (...) A escritura se torna um princípio de hierarquização social que privilegia ontem o burguês, hoje o tecnocrata. Ela funciona como a lei de uma educação organizada pela classe dominante que pode fazer da linguagem (retórica ou matemática) o seu instrumento de produção. (DE CERTEAU, 1994, p. 226-230)

Nessa passagem, alteridade corresponde a um conjunto mais Nessa passagem, alteridade corresponde a um conjunto mais abrangente que a dimensão espacial, envolve práticas correlatas ao “corpo vivido” (DE CERTEAU, 1994) atacadadas ao lugar, à oralidade, à terra, a tarefas não-verbais. A escriturística, ao confrontar-se com a alteridade, constrange o outro e, no caso da presente análise, os outros modos de se relacionar com o espaço, sua figuração, expressão, visibilidade, materialidade, submetendo-o aos seus pressupostos econômicos, científicos e jurídicos. Na acepção de Acselrad (2010, p. 18) poderíamos falar de “economia territorial de signos”, que, diante da concepção de controle e apropriação mencionada, efetiva o processo de interceptar e enquadrar a alteridade territorial por pressão fundiária e desenvolvimentista, muitas vezes de envergadura internacional.

A análise de Certeau sobre a disjunção entre oralidade e escritura no seio do fazer histórico relaciona-se ao exame da disjunção entre itinerário e mapa, narrativa e mapa, operada na transição da lógica medieval-teológica para a modernidade-iluminista. A

[1] Henri Acselrad trata como “assalto territorial” (2010, 17) o processo de mercantilização das terras nas regiões da fronteira agrícola do Brasil durante o período militar. Neste momento, objetivou-se fazer funcionar o mercado de terra, incorporando-lhe a lógica do capitalismo financeiro. Observa-se, nesta conjuntura, correlações analíticas com os pressupostos da economia escriturística indicada por De Certeau.

cartografia moderna e científica insere-se como um dos instrumentos protagonistas dessa economia escriturística, voltada à apropriação do espaço exterior. “A produção de mapas, no caso, propõe uma forma de controle simbólico e, no sentido lefebvriano, de apropriação do espaço, que se articula a disputas territoriais por dominação de espaços concretos” (ACSELRAD, 2010, p. 19) [1].

Os rebatimentos entre De Certeau e Santos requerem uma mediação específica, uma vez que as formulações sobre economia escriturística constituem um ensaio-crítico direcionado à escrita da história, e, por fim, remete-se à construção da ciência numa perspectiva mais abrangente. E Santos, ao propor uma cartografia simbólica do direito, recorre à metáfora da cartografia para em seguida explorá-la de forma literal. Nesta mediação aproximamos tais considerações, pensando na escritura enquanto a figura jurídica que institui a propriedade no atual regime fundiário e o direito enquanto a instância de legitimidade que a admite.

Ambos, direito e economia, nessa perspectiva, inscrevem um modo de regulação espacial, instrumentalizado pela cartografia e seus respectivos mecanismos de distorção/representação da realidade, incorrendo na apropriação do espaço. A cartografia, que em muitos casos instrumentaliza processos entre diversas instâncias atreladas a determinado espaço, ela mesma na sua figuração canônica, ao lançar mão de convenções de uma linguagem sectária, privatiza o próprio espaço de interlocução. A privação subjacente ao exercício desta linguagem, por vezes, fragiliza o domínio de determinada propriedade ao expropriar da efetiva possibilidade de participação aqueles que não dominam seus códigos. Um tipo de interdito entre esta linguagem e os particularismos inerentes à alteridade territorial, que despotencializa a adoção do mapa como suporte para interlocução.

O Estado moderno, a economia de mercado e a ciência atrelam-se e operam a partir da privatização, processos de dominação, expropriação, acumulação e concentração dos territórios, estabelecendo a ideia de território jurídico. Noutros termos, território legal, oficial, formal, arremetendo aqueles modos de representar os espaços e seus respectivos modos de juridicidade – a alteridade territorial – para os idos da ilegalidade e da informalidade. Tais alcunhas jurídicas deflagram um truncado confronto pela legitimidade dos territórios, que por sua vez passam pela legitimidade dos sujeitos e suas práticas correlatas. Neste confronto de legitimidades, a cartografia proposta por Santos pretende trivializar o direito e incitar um novo senso comum, enquanto conhecimento simultaneamente vulgar e crítico. Identifica-se, a partir da interlegalidade, um tipo de porosidade ética e jurídica como estratégia para desnaturalizar o exercício do poder decorrente da ciência jurídica dominante.

O enfrentamento crítico da conjuntura delimitada pelas relações entre economia escriturística x direito x legitimidade x cartografia aponta horizontes cartográficos engajados em mobilizações decorrentes de inúmeras condicionantes. Entre elas e a mais central encontra-se o processo denominado de “virada territorial”. Trata-se de uma expressão cunhada por Karl Offen (2003) para definir o processo de reconfiguração do controle sobre os territórios a partir de mobilizações cujas demandas territoriais têm acionado diferentes figuras e recursos jurídicos para efetivar a demarcação e titulação de terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas e afro-descendentes, mais pontualmente na região tropical da América Latina, a partir da década de 90. A Constituição brasileira de 1988 influi na afirmação desta virada, à medida que altera sobremaneira a relação de forças entre o Estado, a economia e os sujeitos tradicionais ao definir o mecanismo de auto-declaração como estruturante das dinâmicas de reconhecimento e titulação da terra e/ou território.

Nestas estão envolvidas questões como a dessacralização da ciência cartográfica e sua respectiva epistemologia científica; a valorização do senso comum territorial ou, noutros termos, da alteridade territorial; por fim, a desestabilização do diagrama de forças definidor de posições, projeções, simbologias dos sujeitos enredados nessas tramas. A aproximação do senso comum em contraponto à sua recusa em deslegitimidade, desencadeou a ressemantização da cartografia em incontáveis expressões e formatos, aqui agrupados pela ideia de escriturísticas à contrapelo.

Guia de rua – Maré 2014

Um conjunto de ações investigativas realizadas no complexo da Maré (Rio de Janeiro) condensa sentidos de representação mobilizados enquanto força emancipatória e resistente, num intenso processo político conjecturado pela produção cartográfica enquanto dispositivo central de disputa e legitimação de territórios urbanos. Um tipo de escriturística a contrapelo, figura jurídica instituinte, investida política reivindicatória de existências sociais, territoriais e culturais descartadas deliberadamente pelo exercício escriturístico constrangedor da alteridade territorial.

Aparecer no mapa é significar a existência de um lugar habitado por pessoas e suas vidas. É grafar (marcar) o solo em que vivemos. É, portanto, ver onde estamos e onde estão outras pessoas, ruas, praças, rodovias, hospitais, fábricas, portos, rios, montanhas (...) e mais tanta coisa do mundo que se faz aparecer nas artes de cartografar: de fazer presente o que é próximo e o que está distante. Portanto, o cartografado é o escrito, ou melhor, é o tornado visível. O ofício do cartógrafo é fazer

uma escrita do espaço habitado e, com sua arte de figuração, fazer o desconhecido ser conhecido e, sobretudo, reconhecido como integrante do mundo da vida. (2014, p. 13)

A *empresa escriturística* proposta por De Certeau (1994), confrontada às formulações de Benjamin (1994), no que se refere à escrita de uma *história a contrapelo*, encadeiam a contração conceitual – escriturística a contrapelo. Uma tentativa de discutir processos relativos à associação entre a figura jurídica escritura e modos de inscrição do espaço no suporte cartográfico mobilizados por sujeitos sociais envolvidos em disputas por legitimidade territorial. Nesta passagem do Guia, inserido no capítulo cujo título é a seguinte pergunta “O que significa para a Maré fazer parte da cartografia da cidade do Rio de Janeiro?”, a noção de escrita decorre em reconhecimento, visibilidade e fazer presente.

Na cartografia moderna o território passa a ser representado no suporte cartográfico, via de regra, composto de papel e mediado pela tríade projeção, simbologia e escala; no guia aparece o sentido de “grafar (marcar) o solo em que vivemos”. Ou seja, toma-se a cartografia como inscrição/marcação no espaço e não apenas do espaço no papel, delineando uma tensão entre escrita, suporte e território importante se pensarmos na natureza do espaço em questão.

A cartografia como dispositivo da escriturística implicada no exercício de domínios sobre o território da ordem da apropriação simbólica e concreta curva-se num tipo de reversão a contrapelo e evidencia o avesso da direção unívoca território > representação, diagramando movimentos de idas e vindas entre representação <> território <> representação. O guia de ruas do Complexo composto por 40 mil domicílios, em 16 favelas (Marcílio Dias, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Parque União, Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Conjunto Pinheiro, Vila do Pinheiro, Novo Pinheiro, Vila do João e Conjunto Esperança) expõe disputas quanto aos regimes de visibilidade e de enunciação potentes para problematizarmos linhas de forças das tramas cartográficas aqui delineadas.

As favelas não deveriam estar na escrita oficial da cidade? Os cartógrafos se esqueceram das favelas? O fato é que as favelas sempre foram consideradas nos discursos hegemônicos como expressões da ausência de civilidade e de carência de urbanidade. Há um perverso senso comum que reduz as favelas à condição de territórios precários, ilegais, inacabados, desordenados e inseguros: o avesso da cidade. Assim vista, as favelas não poderiam figurar na cartografia da cidade. Estavam banidas das representações urbanas oficiais. O avesso não deveria aparecer. (2014, p. 14)

Frente ao sentido de favela como o avesso da cidade promulgada por múltiplas frentes de constrangimento da alteridade territorial empreende-se o avesso da cartografia que lhe subjaz representatividade. A alteridade territorial explicitada no bojo das cartografias sociais, via de regra, apropria-se de simbologias singulares e veicula figurações com imagens manuais, locais, geradas por sujeitos comuns ou ordinários nas artes de representar. Neste caso, o guia de ruas Maré configura um exemplar paradoxal da relação de correspondência direta entre modo de representação e ação política.

Se em princípio poderíamos concluir que desvios formais e estéticos quanto aos modos de representar o espaço nas cartografias apontariam para processos contestatórios de hegemonias, ao nos depararmos com o Guia tal correspondência é desfeita. Neste encontramos um conjunto de mapas convencionais quanto à forma de representação, cujo objetivo é localizar e orientar; a perspectiva é aérea, o traçado geométrico e abstrato e a escala uma grandeza matemática. Ou seja, adota-se um regime de visibilidade cunhado pela representação estática, tributária da racionalidade instrumental que, nos termos definidos por B. Santos (1988), compreende a projeção geocêntrica, alinhada à ótica do Estado.

Entretanto, esta é apenas uma leitura formalista do vasto conjunto de informações produzido e do processo que viabilizou sua elaboração. Representação estática que, no entanto, movimenta os protocolos da representação hegemônica da favela, que opera via produção de ausência e banimento. Do ponto de vista da linguagem cartográfica, trata-se do alinhamento à ótica do Estado Moderno e da epistemologia científica; entretanto, do ponto de vista do processo e dos sujeitos envolvidos, faz-se presente a perspectiva da cartografia social.

De paradoxal passamos a pensar com B. Santos (*idem*), no sentido de identificar a *porosidade ético-jurídica* como fenômeno fundamental em diversos processos de luta por legitimidade jurídica (citamos há pouco a luta pelo direito à moradia em Recife e no Rio de Janeiro) [2]. Alternâncias e sobreposições quanto à admissão de legitimidades locais e estatais interpõe-se como negociação insistente nestes processos, um tipo de convivência tensionada de diferentes *modos de juridicidade*, que convergem para a constituição de planos de pluralidade jurídica.

O Guia da Maré configura uma tentativa de absorver as convivências entre cartografia social e projeção geocêntrica. Nos casos mais disseminados de cartografia social, também persiste a visão aérea enquanto base (a carta) que acolhe as informações da cartografia, que por sua vez infiltram a dimensão simbólica pela incorporação de iconografias singulares, correlatas à dimensão das vivências/

[2] “Quando em 1970, estudei o direito interno e não oficial das favelas do Rio de Janeiro, tive ocasião de observar que este direito de grande escala, representava adequadamente a realidade sócio jurídica da marginalidade urbana e contribuía significativamente para manter o status quo das posições dos habitantes das favelas enquanto moradores precários de barracas e casas construídas em terrenos invadidos (SANTOS, 1977). Quando dez anos mais tarde, estudeis as lutas sociais e jurídicas dos moradores das favelas do Recife com o objetivo de legalizarem a ocupação das terras por meio de expropriação, compra ou arrendamento, verifiquei que a forma de direito a que recorriam era o direito oficial, estatal, um direito de menor escala, que só muito seletiva e abstratamente representava a posição sócio jurídica, mas que definia muito claramente a relatividade das suas posições face ao Estado e aos proprietários fundiários, um direito que nas condições sociais e políticas da época, oferecia o atalho mais curto para o movimento de uma posição precária para uma posição segura.” (SANTOS, 1988, p. 153)

[3] O caminho institucional previsto para o conjunto de informações levantadas nesse processo é disponibilização para a prefeitura, validação dos logradouros, reconhecimento dos endereços, que por sua vez, assinalam os primeiros passos para o processo de regularização fundiária.

[4] Nesta segunda edição de 2014, o Guia de Ruas da Maré, foi atualizado e todas as ruas existentes, atualmente, possuem um nome. Os moradores, através de reuniões por rua, discutiram e escolheram de forma coletiva um nome para a rua onde moram.

experiências, oralidade/ancestralidade, tempo/narrativa histórica, etc. Daí decorre a convivência entre legitimidades local e estatal.

As comunidades, a partir do domínio de metodologias e tecnologias e do apoio de pesquisadores, têm dado visibilidade a si mesmas e as seus territórios por meio de um processo simbólico de constituição delas mesmas e dos mapas que as representam, em um contexto de disputas territoriais. A representação cartográfica resultante é uma leitura particular da realidade plotada em um mapa. Nesse sentido, os “mapas são os territórios”, e mais, são territórios em disputa em uma verdadeira guerra simbólica de mapas. (VIANA JR, 2009, p. 4)

A visibilidade em questão no Guia de Ruas é a possibilidade elementar de possuir, por exemplo, um Código de Endereçamento Postal (CEP) [3] e, portanto, não se faz presente nenhuma exploração iconográfica para construir sentidos particulares. A projeção geocêntrica é exclusiva, a convivência não apresenta intercorrências plástico-formais, pois a tríade (escala, projeção e simbologia) reproduz estritamente o regime de visibilidade da cartografia científica. A porosidade, portanto, deriva dos pressupostos éticos veiculados pelo guia de uma forma geral, sintetizados a seguir, “enfrentar o conjunto de representações e ações distorcidas sobre como são e vivem a população dos territórios abrangidos pela Maré” (2014, p. 5).

Nesse plano, instaura-se a guerra simbólica de mapas, a ideia de enfrentamento, de confronto mediado pelas existências deliberadas pela cartografia a contrapelo, cujos regimes de participação e visibilidade pleiteiam o reconhecimento dos moradores das favelas como sujeitos de direitos frente às cartografias hegemônicas, responsáveis pelo seu apagamento e banimento. O Guia de Ruas da Maré (2014) [4] compõe um conjunto mais abrangente de produção de conhecimento e informação, envolvendo processos comunicacionais, denominado de Censo Maré.

Tal Censo foi realizado em 2012 – que também formalizou a primeira versão do Guia de Ruas – defendia a intenção de elaborar um diagnóstico global da situação sócio demográfica do bairro. A prerrogativa de fomento às políticas públicas e fortalecimento de redes de comunicação desdobraram-se em mais duas ações: o Censo de Empreendimentos Comerciais, com vista à apontar rumos para políticas no campo econômico; e o Censo Domiciliar, possível guia de plano de investimentos norteados pela melhora na qualidade de vida.

A porosidade também faz transpirar os engendramentos disciplinares do procedimento estatístico-geográfico do Censo. O Censo estatal enquanto ferramenta institucional de contar e sistematizar a

COMO usar o guia?

Veja como é fácil localizar qualquer uma das 812 ruas deste guia. Siga o exemplo da **Rua Bittencourt Sampaio**, localizada na comunidade **Nova Holanda**, na Maré.

rua

Procure a **Rua Bittencourt Sampaio** no **ÍNDICE DE RUAS**, a partir da página 80. Ela está localizada na **planta 12**, quadrante **B3**.

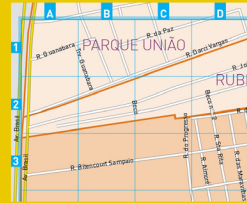
cep

Procure a **Rua Bittencourt Sampaio** em **COMUNIDADES**, na comunidade **Nova Holanda**, página 57.

As favelas que formam o bairro Maré têm origens distintas. Por esta razão, há alguns CEPs que pertencem a outros bairros onde originalmente se encontravam as favelas. Niente que foi adotado o novo CEP designado após o reconhecimento do bairro Maré.

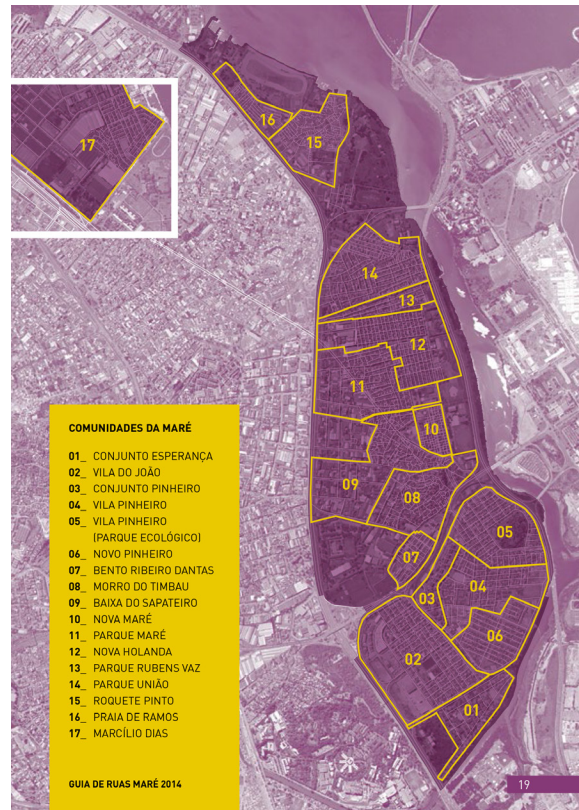
plantas

As plantas mostram a comunidade em destaque com todas as suas ruas. Elas foram divididas em quadrantes formados por letras (na horizontal) e números (na vertical), facilitando assim a localização das informações da rua no índice de ruas.



abreviaturas

Av.	Avenida	Pca.	Praca
B.	Beco	Qd.	Quadra
Bl.	Bloco	R.	Rua
Ld.	Ladeira	Trv.	Travessa
Lg.	Largo	V.	Via
Lt.	Lote	Vl.	Vila



Img. 1 Páginas do Guia de Ruas da Maré, 2014

composição das populações, formato fiel aos protocolos disciplinares defendidos por Foucault, abre-se como membrana permeável por onde infiltram-se outras autoridades recenseadoras. Sujeitos não-estatais herdeiros da exclusão urbana e territorial forjam um interstício institucional, e agenciam seu próprio censo.

Hoje, mais de meio século que as primeiras favelas apareceram no mapa oficial da Cidade, ainda nos mobilizamos pelo direito de ver nossas casas e ruas identificadas. Casas e ruas fazem parte da história cotidiana das pessoas e da cartografia da cidade. Por isso o seu registro cartográfico é indispensável. E, no caso das favelas, uma dimensão política da maior relevância. Estar no mapa é ter uma marcação gravada, é ter o seu território reconhecido. Nossas ruas são os endereços de nossas moradas. É o lugar onde nossas vidas acontecem, repousam e encontram com outras vidas. Por isso é imprescindível que elas sejam identificadas, nomeadas e gravadas no mapa da cidade. Agora, o ofício de cartógrafo é nosso. Façamos dele uma arte para a garantia e afirmação de direitos. Façamos dele um movimento amplo para sermos reconhecidos como cidadãos de uma mesma, porém, plural cidade. (2014, p. 15)

[5] O projeto foi apoiado pelas 16 organizações locais representantes de cada uma das favelas integrantes do complexo: Associação Comunitária Roquete Pinto, Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Bento Ribeiro Dantas, Associação de Moradores do Conjunto Esperança, Associação de Moradores do Conjunto Marcílio Dias, Associação de Moradores do Conjunto Pinheiro, Associação de Moradores do Morro do Timbau, Associação de Moradores do Parque Ecológico, Associação de Moradores do Parque Habitacional da Praia de Ramos, Associação de Moradores do Parque Maré, Associação de Moradores do Parque Rubens Vaz, Associação de Moradores do Parque União, Associação de Moradores da Vila do João, Associação Pró-Desenvolvimento da Comunidade de Nova Holanda, Conjunto Habitacional Nova Maré, Conselho de Moradores da Vila do Pinheiro, União de Defesa e Melhoramento do Parque Proletário Baixa do Sapateiro.

O regime de participação vincula-se aos pressupostos da cartografia social no que se refere ao envolvimento comunitário de grupos compostos por sujeitos locais, em que o técnico em saberes específicos da cartografia assume a função de mediador. No caso do Guia, a participação compreende uma ampla investida deliberada por dois sujeitos institucionais co-implicados historicamente com a territorialidade da favela. O Observatório de Favelas e a Redes de Desenvolvimento da Maré [5] em parceria com o Instituto Pereira Passos operam a agremiação de moradores, formados como agentes de campo do processo de recenseamento.

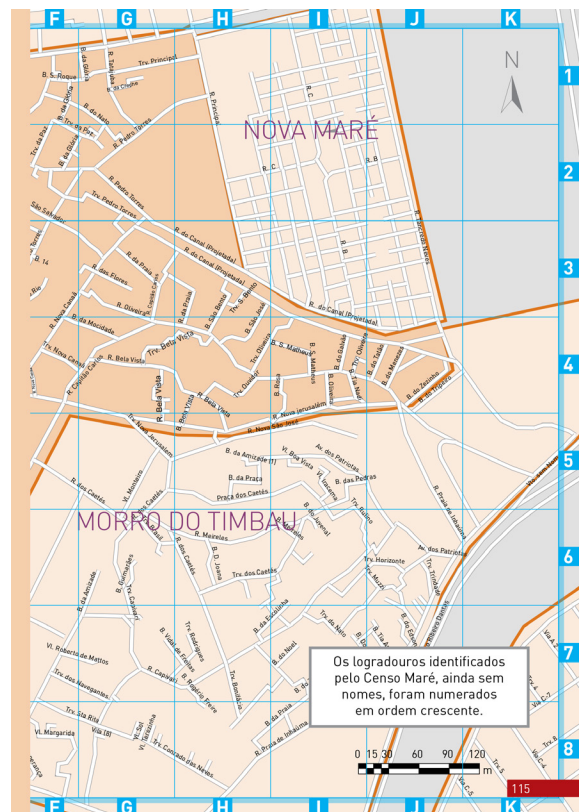
Da composição dos sujeitos

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ: instituição da sociedade civil, sediada na Maré e criada a partir do engajamento isolado de alguns militantes envolvidos com o movimento comunitário deste conjunto de favelas. A sua rede de parceiros articula instituições como Petrobrás, Fundação Ford, Funarte, Criança Esperança, Bancos (Caixa Econômica Federal, do Brasil, Itaú Social, de Desenvolvimento da América Latina), entre inúmeros outras, explicitando o atrelamento entre escala local e global. Apresentam-se com o seguinte argumento:

Promover a construção de uma rede de Desenvolvimento Territorial através de projetos que articulem diferentes atores sociais comprometidos com a transformação estrutural da Maré e que produzam

NOVA MARÉ_RUAS POR ORDEM ALFABÉTICA E CEP

TIPO	LOGRADOURO	CEP	QUADRANTE
BLOCO	30		G7
BLOCO	35		F7
BLOCO	40		G1
BLOCO	40A		H7
BLOCO	40B		F2
BLOCO	40C		G7
BLOCO	50		G7
BLOCO	50A		G7
BLOCO	55		F6
BLOCO	55A		E4
BLOCO	60		D6
BLOCO	60A		E6
BLOCO	60B		E6
BLOCO	60C		F5
BLOCO	70		G6
BLOCO	70A		G6
BLOCO	75		F6
BLOCO	75A		F6
BLOCO	90		G5
BLOCO	100		F4
BLOCO	130		F3
BLOCO	135		F4
BLOCO	140		G5
BLOCO	140A		G5
BLOCO	145		G4
BLOCO	145A		G4



conhecimentos e ações relativas aos espaços populares, que interfiram na lógica de organização da cidade e combatam todas as formas de violência. Com esta estratégia de ação a instituição busca desenvolver projetos dentro de temáticas como educação, arte e cultura, mobilização social, segurança pública, desenvolvimento local, comunicação, combate à violência, em suas diversas manifestações e geração de trabalho e renda.

Quanto ao guia, encontramos as seguintes pontuações de dois coordenadores da Redes:

Trata-se de um projeto ousado de desenvolvimento local. (Dálcio Marinho) [6]

O recebimento de cartas era um problema, nós ligávamos para os Correios e eles diziam que não iriam por ser área de risco. E o ponto fundamental deste trabalho de identificação de logradouros é que as pessoas que moram nas comunidades e conhecem aquela realidade de perto, participam desse momento de mudança?. (Edson Diniz) [7]

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS: surge em 2001 com o projeto de Rede de Universitários de Espaços Populares e em seguida subsidia dois mil bolsistas em 33 universidades do país, no projeto Conexão dos Saberes. Desde sua fundação dedica-se a reposicionar os moradores (principalmente os jovens) de espaços populares, viabilizando processos de formação e pesquisa com foco na desnaturalização dos sentidos das favelas associadas estritamente à violência, criminalidade e pobreza. Seus parceiros e patrocinadores apresentam coincidências com a Redes de Desenvolvimento, ressaltamos apenas alguns inéditos e com evidência para a presente discussão: Secretaria de Economia Criativa e Secretaria Municipal e Estadual de Cultura do Rio de Janeiro.

Com o passar dos anos, as áreas de atuação do Observatório foram se definindo, ampliando e diversificando. Hoje são mais de 10 projetos em andamento em cinco frentes: Políticas Urbanas; Educação; Comunicação; Artes e Território; e Direito à Vida e Segurança Pública. Atualmente, a instituição conta com um conjunto de intelectuais de origem popular e de outros espaços, os quais, por meio de suas ações, levantam uma discussão não sobre a dimensão particular da favela e de outros espaços populares, mas sobre a cidade. Assim, nos caracterizamos como uma instituição propositiva, buscando possibilidades de construção de metodologias, tecnologias sociais e conceitos que contribuam para a cidadania plena e para o respeito à diferença.

No que se refere mais pontualmente ao Guia, rastreamos:

[6] Disponível em <http://www.pagina22.com.br/index.php/2012/11/labirinto-decifrado/#sthash.a5XSWByT.dpuf>.

[7] Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp/exibeconteudo?id=4520488>.

[8] Disponível em <http://www.pagina22.com.br/index.php/2012/11/labirinto-decifrado/#sthash.a5XSWByT.dpuf>.

[9] Haja visto o truncado jogo de representações delineado pelo pedido de retirada das favelas da plataforma Google.

Garantir visibilidade e o reconhecimento das favelas contribui para assegurar os direitos dos moradores e o desenvolvimento desses territórios. (Jailson de Souza e Silva) [8]

Estes dois sujeitos do mapeamento de caráter institucional interpõem de fato um contraponto às representações hegemônicas da favela. Nesse caso, ou pelo menos até este momento, meados de 2012 quando o Censo Maré e o Guia de Ruas irrompem como mobilização efetiva de sujeitos populares (ainda que institucionais), não se falava em mapear favelas [9]. As dominâncias quanto às tensões entre hegemonia e resistência apresentavam-se de forma nítida, a escriturística a contrapelo demarca a alteridade territorial da favela, uma face dissonante e resistente frente aos gestos cartográficos executados pelas projeções geocêntricas.

Entretanto, o movimento das tramas cartográficas impede a cristalização da resistência, a experiência do Guia de Rua da Maré converte-se no modelo de mapeamento a ser replicado em todos os territórios pacificados do Rio de Janeiro. Este modelo passa a ser coordenado pelo Instituto Pereira Passos, até então parceiro e interlocutor fundamental para de fato viabilizar a incorporação dos dados do mapa oficial da cidade. As posições na trama redefinem-se, a Redes de Desenvolvimento da Maré ocupa nesse novo arranjo da trama o papel de parceiro, desempenhando a atribuição técnica de treinamento dos agentes de campo, os moradores-recenseadores desta nova investida que passa a ter o recorte dos territórios pacificados.

De contrapelo a modelo: gestos pacificados

Em princípio, ressaltamos as expressões emancipatórias da composição de sujeitos formada pela articulação entre as duas instituições supracitadas. Um agenciamento de subjetivações populares, na sua maioria moradores dos 16 bairros da Maré. Seu conhecimento do território por vezes encontra-se inscrito na sua experiência cotidiana, que, em função da elaboração do Guia, passa por um processo de sistematização e formalização, para que posteriormente seja incorporado no mapa oficial.

As linhas e direções de articulação desta trama reposicionam-se quando o Estado passa novamente a antecipar o levante cartográfico do sujeito comum, determinando os modos de instrumentalização do processo, os caminhos a serem percorridos pelo conhecimento produzido e pelo sujeito engajado na sua produção. O Estado neste caso é conjecturado pelo Instituto Pereira Passos, instância responsável pela implementação das UPPs sociais nos territórios já submetidos à ocupação das UPPs.

A UPP Social mobilizou suas equipes de campo para o desenvolvimento de mapas sobre os territórios pacificados. Até a década de 1960, as favelas não apareciam nos mapas municipais. Hoje, elas já estão assinaladas, mas apenas as principais vias aparecem. Desde maio de 2012, os agentes de campo da UPP Social estão mapeando as ruas, travessas, becos e praças dos 22 territórios pacificados, em um projeto sob a orientação da Redes de Desenvolvimento da Maré, instituição da sociedade civil que em parceria com o Instituto Pereira Passos (IPP) realizou um censo e acaba de lançar um guia de ruas das 16 comunidades da Maré. (LA ROCQUE, 2012, p. 8) [10]

A escriturística enquanto instrumento de apropriação do espaço exterior, remetida por De Certeau (1994) às estratégias da classe dominante (nas suas diversas formulações – burguês, tecnocrata) alinha-se neste caso ao processo de “gestão territorial, institucional e da informação” empreendido pelas UPP e UPP Social (LA ROCQUE, 2012, p. 5). Converte-se uma mobilização de cunho efetivamente participativo – dado o pólo de deliberação do processo ser um sujeito coletivo, popular, fortemente implicado no território onde atua como cartógrafo – numa das estratégias de gestão destas dimensões.

A centralidade da UPP como parâmetro deliberador dos territórios a serem mapeados evidencia os compromissos de expansão das apropriações dominantes subjacente à escriturística geocêntrica e resseca a porosidade local/ estatal. Ainda que haja a presença dos moradores enquanto executores técnicos do mapeamento, a relação de participação é interposta pela hierarquia institucional, restando rastros formalistas e retóricos de uma mobilização que justamente desfez o nexos entre modo de representação e ação política

O léxico deste modelo de mapeamento derivado do Censo Maré pelo Instituto Pereira Passos tagarela associações entre mapeamento e integração, empreendedorismo, desenvolvimento, sustentabilidade, que por sua vez inserem-se como modo de operação da participação e do protagonismo comunitário. Correspondências entre direito, visibilidade e política pública, instâncias fincadas à figura jurídica da escriturística a contrapelo, passam a percorrer os trilhos da favela como “território promissor”[11] e da “favela como oportunidade”, operando um desmonte questionável da representação hegemônica. Neste suplanta-se a hegemonia da ilegitimidade via criminalização, banimento e expropriação por outro processo de mitificação e reificação. Nos termos propostos por Telles (2014), neste novo processo a cultura da favela tende a perpetrar valores canalizados para a ideia de teologia da superação.

Ao falar em favela como oportunidade, na verdade discutimos a construção de políticas públicas capazes de reconhecer, valorizar e

[10] Presidente do Instituto Pereira Passos e Coordenadora da UPP Social. Ex- Secretária Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro, é doutora em Economia pela PUC-RJ e atuou como assessora financeira no BNDES.

[11] Expressão encontrada no site do evento Todas as redes: as redes da cidade abertas para os jovens da favela, realizado em 2012, na ECO-UFRJ. Levantamos nessa articulação a presença de uma vertente do Sebrae-RJ voltado para o desenvolvimento de empreendedorismo em comunidades pacificadas.

[12] A inúmeras e complexas implicações entre comunidade, favela, UPP; a dissensuais perspectivas dos sujeitos envolvidos nesses engendramentos extrapolam nossas indagações. Não nos furtaremos de algumas posições com relação a esses engendramentos, mas de antemão, apontamos nossas limitações metodológicas no sentido de confrontar com maior densidade a questão específica das UPP's e o redesenho da geopolítica urbana na cidade do Rio de Janeiro.

potencializar os ativos desses territórios em prol de uma estratégia de desenvolvimento integradora e sustentável, fundamental para injetar ainda mais velocidade à virada, o processo de transformação positiva que dominou a agenda da Cidade do Rio de Janeiro nesses últimos quatro anos.
(LA ROCQUE, 2012, p. 1)

Tais pontuações datam um processo histórico muito controverso em curso no período de 2008 e 2012, marcado pela intensificação dos mecanismos de gestão militarizada da vida cotidiana, cujo ápice pode ser vislumbrado com os processos de ocupação das favelas pelas UPP's [12]. Uma espécie de saturação do mapa do medo, nos termos propostos por Ribeiro (2010). La Rocque e Telles (idem) expõem ângulos opostos, enquanto Telles formula a crítica as aderências entre pobreza, empreendedorismo e anulação da perspectiva crítica para entender os modos de produção da própria pobreza; La Roque é porta voz de um conjunto de ações definidos pelo Plano Integrado de Desenvolvimento da Favela e Rede de Comunidade Integradas, cujo objetivo é vincular desenvolvimento local e empreendedorismo, a partir da exploração dos ativos desses territórios. Um embate irresoluto, que seguiremos explorando em outros fios dessa trama.

No caso pontual do Guia de Ruas da Maré, lidamos com extremidades das dominâncias perseguidas: hegemonia e resistência, como se cada uma delas explicitasse expressões muito saturadas para problematizar a cartografia enquanto escriturística a contrapelo e escriturística como modelo. O confronto entre modelo e contrapelo engendra na guerra simbólica dos mapas diversos outros movimentos, posições, encadeamentos e associações.

Interpelações da trama: apontamentos finais sobre participação

A participação constitui a dimensão central na articulação destes movimentos, mas sua efetividade e impacto nos desdobramentos entre representação política e representação cartográfica assumem características distintas. A participação efetiva-se de forma evidente no caso do Guia de Ruas da Maré, sujeitos locais empreendem o levante cartográfico que reposiciona suas existências, territorialidades e práticas no regime de visibilidade corrente, instaurando uma disputa por legitimidade política.

A cartografia na sua expressão político-jurídica, evidente no Guia de Ruas da Maré, detém índices de participação relevantes quanto a efetivação de resistências urbanas. A apuração dos princípios correlatos à participação foi composta na perspectiva dos léxicos, um agrupamento de sentidos mapeados ao longo da problematização deste caso. O léxico

comprometido com a hegemonia/dominação associa participação a empreendedorismo, protagonismo, gestão, governabilidade e ativos; o léxico empenhado com as resistências agrega valorização, potencialização, democratização, inclusão, legitimação, empoderamento, autoestima e enfrentamento.

O entendimento de Fraser (2009) quanto à representação e o estabelecimento de fronteiras políticas define um elo gráfico e imagético para pensar pertencimento à comunidades de direito ou exclusão. Um pensamento de conotação cartográfica, à medida que a fronteira é elemento decisivo na consolidação da escriturística cartográfica. A linha demarcatória de domínios e propriedade passa a grafar sujeitos, práticas, sistematizar classificações, interpor reconhecimento da cidadania territorial e de múltiplas outras dimensões ligadas ao direito (OFFEN, 2003).

O caso da apropriação do Guia de Ruas da Maré pela UPP Social, braço desarmado da UPP e instância comprometida com a atual gestão da segurança pública do Rio de Janeiro, contorce o gesto a contrapelo em projeto modelo e padrão. O Guia passa a ser implementado em todas as favelas pacificadas, mas, ao mesmo tempo, é acionado por agentes de saúde, funcionários dos diferentes prestadores de serviço público (água, luz, telefone, correios) e também privados (bancos e comércio em geral).

O Guia de Ruas da Maré evidencia processos relevantes para problematizarmos as tensões e implicações entre hegemonia x resistência e insurgência x dominação. Atribuímos a cada uma das dominâncias o sentido de polo de atratividade de sentidos, uma perspectiva magnética, que ora atrai, ora repele determinadas ocorrências, conformando zonas adensadas ou esvaziadas de sentido. Zonas repletas de manifestações resistentes quanto à inscrição dos territórios precários, populares, autoconstruídos e autogestionados nos regimes de visibilidade contemporâneos; zonas ocas de resistência, atraídas que são pelas dominâncias hegemônicas

A escriturística a contrapelo insere-se nesse movimento e mesmo que seja uma emergência fulgurante do polo resistente, passa a deslocar-se nos engendramentos desse magnetismo de natureza política. As associações entre as práticas cartográficas e essa multiplicação de formatos reverberam as contrações cognitivo-culturais e intensificam a produção do conhecimento sobre determinado território como possibilidade de apreendê-lo, delimitá-lo, ou seja, apropriar-se das suas múltiplas dimensões.

A noção de apropriação condensa nossa hipótese primeira quanto à produção e à instauração do espaço como contraponto ao entendimento

de representação do espaço. Dos termos assinalados por De Certeau (1994, p. 226) – “a empresa escriturística cria dentro de si os instrumentos de uma apropriação do espaço exterior” –, extraímos uma indicação relevante para destilar os sentidos de produção e instauração. Trata-se de depurar suas efetividades a partir da relação entre produção de conhecimento (instância cognitivo cultural), instauração de processos políticos (luta taxonômica) e apropriação de territórios (enfrentamento material e imaterial). Uma articulação, trama de engendramentos, cuja culminância é a efetivação de existências na/ da cidade.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; VIANNA, Aurélio (Orgs.) **Cartografia Social dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2010.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Obras escolhidas, v. 1).
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- FRASER, N. **Renquadrando a justiça em um mundo globalizado**. Lua nova, São Paulo, n. 77, p. 11-39, 2009.
- Guia de Ruas da Maré**, 2014. Redes de Desenvolvimento da Maré e Observatório de Favelas (orgs.)
- LA ROCQUE, Eduarda. **Novo impulso à virada do Rio**, 2012. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/documents/91329/c897df72-d5be-42be-b4a7-212f54d83abc>
- OFFEN, Karl H. **The territorial turn: making black territories in Pacific Colombia** in Journal of Latin American Geography 2(1), 2003, p. 43-73.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Dança de sentidos: na busca de alguns gestos”. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (orgs). **Corpocidade: debates, ações e articulações**. Salvador: EDUFBA, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito. In Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 24, março, 1988.
- TELLES, V. **Espaços, mercados, controles: campos de tensão e cartografias políticas da cidade**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Q4MtmKMcopc>.
- VIANA JR., **O reencantamento da cartografia** In Le Monde Diplomatique 05 de junho de 2009.

*Parte deste artigo foi apresentado numa comunicação durante o 6º Simpósio Iberoamericano de história da cartografia (2015).

****Carolina Ferreira da Fonseca** é Graduada em design pela Universidade Federal de Uberlândia e doutora em processos urbanos contemporâneos pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, com a tese intitulada “Tramas cartográficas contemporâneas: sobre política, representação e produção da cidade”. Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, onde atua nas interfaces entre design e urbanismo. Coordena o projeto de pesquisa Entrópicos e o projeto de extensão Escritório público de arquitetura, urbanismo e design.

Contato: caca.fonseca@gmail.com